

INTRODUÇÃO

Notas sobre expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia

Philippe Léna¹

Adélia de Oliveira²

Reunimos, no presente volume, uma seleção de trabalhos apresentados no seminário que organizamos em Belém, em dezembro de 1988, no auditório do Instituto para o Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), com o apoio do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/CNPq) e do ORSTOM (França). Problemas financeiros alargaram, indevidamente, o tempo decorrido entre o encontro e a publicação, o que levou vários autores a introduzir no seu texto algumas modificações no sentido de atualizar dados fatuais. No entanto, em seu conjunto, a presente coletânea é o retrato do estado da questão da fronteira, tal como analisada pelos participantes no momento da realização do encontro. Desde então, mudanças importantes aconteceram no cenário amazônico e brasileiro: ampliação do debate ecológico, reforço dos movimentos sociais que questionam o atual processo de ocupação da Amazônia com base na sua prática cotidiana, mudança de governo, aprofundamento da crise financeira e social, etc. Porém, as análises aqui apresentadas não perderam nada da sua atualidade na medida em que são fruto de pesquisas de campo aprofundadas, pouco sensíveis aos fenômenos conjunturais, podendo, ao contrário, contribuir para tornar esses últimos mais inteligíveis.

Apesar da diversidade de temas abordados neste volume, resolvemos conservar o título original do seminário, na medida em que um dos seus objetivos era justamente fazer uma revisão crítica do conceito de “Fronteira Agrícola”, com base nas transformações drásticas ocorridas nos vinte últimos anos. Ao mesmo tempo, queremos manter a ênfase nos processos de ocupação agrícola e pastoril do espaço rural, por constituírem uma das formas que, historicamente, são as primeiras a se desenvolver nas áreas de fronteira e contribuem para definir um perfil regional e conflitos sociais específicos. É também a forma que acarreta a maior destruição de ecossistemas naturais por unidade populacional (hectare/habitante) bem como a maior

¹Geógrafo, Pesquisador do ORSTOM/França (Convênio CNPq/MPEG — ORSTOM).

²Antropóloga, Pesquisadora do MPEG/CNPq.

pressão sobre as terras utilizadas pelas populações locais e, por isso, continua merecendo uma atenção especial.

Essa escolha não significa em absoluto o esquecimento da complexidade dos fenômenos abrangidos pelo conceito de “fronteira” quando aplicado à Amazônia. A literatura sobre o assunto revela essa complexidade e heterogeneidade quando acrescenta à palavra “fronteira” uma grande quantidade de predicados destinados a definir com mais precisão o aspecto estudado: fronteira extrativista, especulativa, capitalista, garimpeira, tecnológica, etc. Nesse sentido, a fronteira agrícola representa um dos múltiplos aspectos do movimento de ocupação da região, que não pode mais ser entendido sem analisar suas interações com os outros processos em curso (urbanização, garimpo, grandes projetos). Constitui tão somente uma porta de entrada (porém fundamental) para a abordagem da problemática de fronteira.

Para evitar confusões, achamos conveniente estabelecer uma diferença entre o “conceito de fronteira” (Oliveira Filho 1979), ferramenta heurística aplicada a uma região concreta no intuito de entender melhor uma série de fenômenos com características comuns supostamente devidas à situação específica de fronteira, e a “frente” enquanto objeto empírico envolvendo um tipo de atividade, “uma combinação concreta de forças produtivas e relações de produção que se introduz em uma área de fronteira” (Sawyer et al. 1990). Essa formulação, além de representar uma tentativa de trazer mais rigor metodológico para a abordagem dos fenômenos específicos em estudo e facilitar sua teorização, permite retratar melhor a heterogeneidade crescente do espaço amazônico, devido à justaposição, sobreposição, interação e evolução diferente de frentes as mais diversas. Assim podemos explicar melhor a não linearidade da progressão, a não contigüidade das áreas de expansão, bem como os fenômenos locais de crescimento e refluxo que ocorrem em escala intermediária, conforme as diferentes frentes observadas. O conceito de “fronteira” diz respeito a situações mais gerais e mais abrangentes, em que ocorre uma desconcentração espacial de certas atividades econômicas, que encontram condições favoráveis num espaço onde elas estavam antes ausentes ou pouco representadas (Sawyer, op. cit.). Porém, temos que adotar uma definição mais restritiva para podermos fazer uma distinção entre as dinâmicas econômicas desaglomerativas simples e a expansão de fronteiras que é, antes de mais nada, um fato político. Assim, todos os fenômenos de desconcentração não entram na categoria de fronteira; seria um abuso, por exemplo, caracterizar dessa forma a extensão a Nagoya ou Osaka de atividades industriais outrora unicamente presentes em Tokyo. No entanto, a colonização agrícola da ilha de Hokkaido, incentivada pelo governo japonês no final do século passado e no início deste, pode entrar nessa categoria. Portanto, o enquadramento de uma situação particular no conceito de fronteira exige a presença de outras características: em primeiro lugar, trata-se da integração sócio-econômica, no âmbito de uma sociedade nacional, de espaços em geral pouco povoados, cujos habitantes muitas vezes não pertencem à mesma cultura, e/ou apresentam um quadro econômico que difere daqueles que caracterizam as regiões mais dinâmicas do país. É um fenômeno interno, que se desenvolve dentro das fronteiras políticas existentes, já que não há mais espaços não integrados a um Estado (a não ser a Antártida).

Nesse sentido, constitui muitas vezes a última fase do processo de incorporação das populações que não tiveram a força, representatividade e organização suficiente para serem consideradas nações com direito a um Estado. A definição inclui também uma noção de escala e de integração; a simples instalação de alguns enclaves para mineração, ou a exploração da mão-de-obra local através de um sistema de aviação, não são suficientes. Enfim, implica o deslocamento permanente de populações, para participar do desenvolvimento das novas atividades. Se esse processo fosse conduzido exclusivamente por populações locais, falar-se-ia em desenvolvimento regional, não em expansão de fronteira. A origem externa à região dos agentes econômicos, bem como a defasagem cultural, técnica e econômica que acarretam, são essenciais para entender a profunda ruptura, e o trauma, gerados pela expansão de fronteiras. Só pode ser comparado com o choque da colonização. A expansão da fronteira exige a ausência de populações ou a presença de populações que, demográfica e politicamente, não tenham condições de se opor ao processo ou de conduzi-lo. É preciso ressaltar também o papel fundamental do Estado no incentivo, viabilização e gestão das operações de integração territorial. Por todas essas razões, deve ser considerado um fenômeno moderno, excluindo da definição a expansão espacial-demográfica de povos tradicionais, bem como a expansão das fronteiras políticas dos reinos e impérios do passado, realizada através de conquistas territoriais. De fato, durante séculos, tratou-se menos de dominar e integrar espaços do que povos, cujo trabalho permitia pagar impostos e enriquecer o poder central. Desde a época da procura do ouro das Américas e, sobretudo, a partir da revolução industrial até hoje, as problemáticas nacionais e internacionais orientaram-se para o domínio dos recursos naturais e dos espaços potencialmente produtivos (diretamente no caso nacional, e através de vários tipos de contratos e tratados no cenário internacional). A existência de povos mal integrados nesses espaços constitui mais um empecilho do que uma riqueza, a não ser que não disputem o espaço com as novas formas de ocupação e possam ser utilizados como mão-de-obra a serviço dos novos empreendimentos. Na época contemporânea, as Américas são, portanto, o lugar privilegiado para encontrar formas de ocupação que se enquadrem no conceito de fronteira, devido ao caráter relativamente recente do povoamento por populações de origem européia: oeste norte-americano, pampa argentino, cerrados brasileiros e, hoje, Amazônia (principalmente no que diz respeito ao Brasil mas, também, em escala menor, para os outros integrantes do Pacto Amazônico). Outras partes do mundo, porém, apresentam também fenômenos de integração e ocupação territorial de grande porte que correspondem à nossa definição: A Sibéria, a Indonésia (Kalimantan) e a Austrália são os principais. Apesar de apresentar vários casos de colonização agrícola dirigida, é pouco provável que a África venha sofrer um tal processo em grande escala na medida em que as expansões atuais, mesmo quando promovidas pelos governos, se dão num espaço já ocupado por populações de mesmo nível, sem defasagem cultural, técnica ou econômica muito forte. Poucos casos preenchem as condições para integrar-se à nossa definição.

O fato de se tratar de regiões de um país, e não de um país, confere à problemática do desenvolvimento características particulares; entre outras, a quase inexistência

de freios à ação do Estado ou da empresa privada, bem como o fato das atividades econômicas serem implantadas em função de interesses nacionais e não prioritariamente regionais. Isso agrava os aspectos importado e sobreposto das ações de desenvolvimento, que podem ser implementadas sem as pesadas modificações que sem dúvida sofreriam se existisse uma sociedade civil regional forte e organizada. As técnicas de produção locais são pouco produtivas e geram uma poupança demasiado pequena para poder aplicar em tecnologia com melhor desempenho, ou mesmo gerar tecnologias locais. Daí o fosso existente entre os pacotes tecnológicos oriundos do Sudeste do país ou do estrangeiro e a estrutura produtiva regional. É o caso dos enclaves minerais, das hidrelétricas e de certas agroindústrias. Utilizam pouca mão-de-obra da região e, mesmo assim, principalmente desqualificada.

Diante deste quadro, muitos colocam sua esperança na agricultura, principalmente camponesa, tendo em vista sua capacidade para repartir a renda e formar uma base produtiva sólida. Porém, é preciso saber que tipo de agricultura tem chances de se desenvolver na Amazônia e como ela se situa frente aos problemas de localização dos mercados e custos de transporte. Fala-se muito em agricultura camponesa sem definir o que ela é e quais são suas exigências, como se qualquer atividade agrícola em pequena escala fosse camponesa ou tivesse condições de induzir o desenvolvimento por suas próprias forças.

Em primeiro lugar parece essencial fazer uma diferença entre a agricultura de subsistência e a agricultura camponesa. A agricultura de subsistência é uma atividade inserida num contexto social e cultural complexo, onde a solidariedade entre os membros do grupo e entre as gerações, através da filiação e das alianças matrimoniais, permite uma repartição do trabalho e do produto equilibrada. As regras são mantidas graças à força das representações, mitos, rituais, etc. A comunidade é perfeitamente auto-suficiente a nível de uma unidade demograficamente ampla. Trata-se de um modo de reprodução autônomo, ao contrário do que ocorre com a sociedade camponesa. Os membros são agricultores, mas não camponeses, já que não há outro segmento social com o qual eles se relacionam. Hoje, na Amazônia, um tipo puro de agricultura de subsistência (ou modo de produção doméstico) só é encontrado entre as comunidades indígenas isoladas.

Embora as sociedades camponesas tenham mantido muitos traços da agricultura de subsistência, elas se diferenciam pela relação a um mercado que permite as trocas com outros segmentos sociais não agrícolas. Elas pertencem a um conjunto social maior, caracterizado pela presença da cidade, que se opõe ao campo, daí o nome de camponês. O trabalho é essencialmente familiar e o auto-abastecimento está presente em grau variável, mas continua fundamental, tanto para a alimentação como para os insumos e ferramentas. Contudo, a sociedade camponesa carrega uma série de contradições internas, que faz a sua riqueza e diversidade, mas que a abre às influências externas. Por motivos históricos diversos, conforme as regiões e épocas, ela perdeu as características sociais que permitiam sua reprodução equilibrada no tempo, em particular as características institucionais que mantinham a solidariedade econômica entre as gerações (Geffray, 1990). Portanto, a unidade de produção

encontra-se reduzida à família, mesmo que ampla, o que a torna sensível às variações temporais da relação entre a quantidade de trabalho familiar disponível e o volume do produto, bem descritas por Chayanov (1966). Além do mais, seu crescimento econômico faz com que as famílias camponesas se tornem cada vez mais dependentes do mercado, podendo, no entanto, voltar ao auto-abastecimento integral por um tempo, em caso de crise ou de preços baixos, e expandir de novo o volume de produto vendido em períodos favoráveis. Na ausência dos mecanismos da economia de subsistência, os camponeses procuram compensar essa carência através de solidariedades, mutirões, organizações de vários tipos e, enfim, através do crédito agrícola ou da cooperativa, sem conseguir, contudo, acabar totalmente com esse desequilíbrio estrutural.

Suas características permitiram que a forma de produção camponesa sobrevivesse através dos tempos e dos mais diversos regimes políticos. Enquanto a produtividade do trabalho urbano, não agrícola, ficou baixa, a condição camponesa não se distinguiu por um nível de pobreza particular. Mas, com o desenvolvimento da indústria, tornou-se necessário fazer crescer também a produtividade do trabalho agrícola, primeiro para obter um excedente maior a fim de alimentar o número crescente de não agricultores e, mais tarde, para evitar a deterioração dos termos de troca da agricultura familiar com as outras atividades econômicas, condição do desenvolvimento rural. Ao se desenvolver, o mundo camponês perde parte da sua originalidade e, sobretudo, sua relativa autonomia: deseja bens de consumo iguais aos da cidade, tendo, por isso, de aumentar seu poder aquisitivo, o que o coloca em posição dependente para abastecimento de sementes, produtos químicos, máquinas, etc. Paradoxalmente, o sucesso da modernização camponesa implica o fim da sociedade camponesa e o surgimento da figura do produtor agrícola, capitalizado, cuja produtividade e modo de vida se assemelha ao do produtor urbano. A condição dessa evolução está na possibilidade de gerar uma renda cada vez maior através da comercialização de um valor de produção crescente, o que não é possível sem consideráveis ganhos de produtividade do trabalho.

Uma outra forma que vale a pena ser mencionada na medida em que possui uma importância marcante para a Amazônia, é o aviamento. Neste caso, há comercialização de um ou vários produtos (em geral um número reduzido, e em pequenas quantidades), mas não há relação com um mercado anônimo. A transação é efetuada com um comerciante com quem são mantidos laços personalizados. Surge normalmente como intermediação entre agricultores de subsistência e um mercado longínquo, mas pode abranger agricultores individuais (índios deculturados ou imigrantes) que não estão em condições de ter um acesso direto ao mercado por causa da distância, e não mais usufruem da segurança que era proporcionada pela economia doméstica de subsistência, o que representa, sem dúvida, uma situação extremamente difícil. Nesse sistema, parte do trabalho é desviado para a procura ou cultura do produto valorizado por esse mercado, sem alterar profundamente os modos de vida. O aviamento não transforma os agricultores de subsistência em camponeses (falta uma relação aberta e direta com o mercado) mas pode eventualmente ser um passo nesta direção. Devemos constatar, porém, que a agricultura nos lugares pouco

acessíveis e distantes da Amazônia é mais parecida com o aviamento do que com uma agricultura camponesa. Isto ocorre mesmo nas regiões de imigração recente da Amazônia Oriental. As relações de troca (e a dívida) são personalizadas e o pequeno produtor tem pouca escolha para comprar e vender. O pequeno comerciante e/ou o posseiro que está melhor de vida e compra a produção dos seus colegas “na folha”, viabilizam essa agricultura que seria impossível sem eles (isto é, na ausência de um sistema que proporcionaria as mesmas vantagens) e, ao mesmo tempo, freiam seu desenvolvimento.

Existe, no entanto, uma agricultura camponesa na Amazônia. Ela está onde o Estado assentou colonos (ou regularizou suas posses) em torno dos Projetos. Primeiro porque boa parte dos agricultores em questão já estava inserida em uma economia camponesa no seu lugar de origem (ainda que como parceiros) e, segundo, porque as infra-estruturas (estradas, transportes, postos de saúde, escolas) criadas pelo Estado, bem como a assistência técnica, a compra do produto pelo governo, os empréstimos subsidiados, permitiram a recriação das condições da economia camponesa, ao menos no início. Encontra-se também na periferia de centros urbanos, ou perto das estradas transitáveis e próximas dos mercados, bem como nos lugares onde certas formas de organização social permitiram a permanência e coesão de um grupo que vende no mercado (mesmo em pequenas quantidades) sem depender dos comerciantes e atravessadores (antigos quilombos, por exemplo).

Esta agricultura camponesa, porém, está em crise. Mesmo nos projetos de colonização que foram beneficiados com os melhores solos e uma boa assistência inicial. Em Rondônia, muitos colonos desistem de plantar cacau ou café, dando a preferência para a pastagem (dinâmica, aliás, comum a todas as regiões amazônicas). Na Transamazônica, os cerca de 450.000 colonos que aí vivem, incentivados pelo governo a tentar essa aventura, estão passando por uma situação de desespero diante da degradação das vias de transporte e as dificuldades de escoamento da produção. Os sucessos e fracassos acompanham a flutuação dos preços, sem sinais de estabilização. Os colonos mais recentes, afastados das estradas transitáveis, não têm condições de morar no seu lote e caem na dependência dos comerciantes ou dos colonos melhor situados, conforme o modelo do aviamento. A crise é perceptível mesmo entre os colonos que eram considerados bem sucedidos alguns anos atrás. Muitas vezes, os donos de lote se queixam menos de seu nível de vida atual do que da falta de perspectivas de crescimento ou da ameaça de afogamento que representa a deterioração da estrada. O mais surpreendente é que o sonho não acabou; os migrantes à procura de terra continuam a chegar. São, entretanto, menos numerosos os que vêm para comprar um lote, levando, em certos casos, à baixa do preço da terra, fenômeno até então muito raro na fronteira. Os que chegam são, na maioria dos casos, pessoas sem recursos, que vão se tornar donos de terra pela primeira vez na sua vida através da posse e, por isso, aceitam ocupar os lotes mais afastados. É o desejo de autonomia e a expectativa de ascensão social que os animam, isto é, o desejo de evitar o assalariamento ou a parceria, bem como o de constituir um patrimônio, negociável em caso de dificuldades, que lhes garanta um nível razoável de segurança e independência. Em contrapartida, porém, caem na dependência das

formas específicas de comercialização características das áreas de fronteira. Eles estão confiantes de que, de acordo com o modelo que sempre funcionou no Brasil, a “civilização” (infra-estruturas, transportes, comércios, cidades...) acompanhará seus passos com suficiente rapidez para que eles possam aproveitar as vantagens proporcionadas pelo fato de estarem entre os primeiros que chegaram no local (o que podemos chamar de “ganhos de fundador”, mesmo que em pequena escala). Esta esperança, esta fé no futuro e no progresso linear constitui um dos maiores motores do fenômeno de fronteira. Devemos nos perguntar, contudo, se esse modelo ainda é válido para a Amazônia; isto é, retornando a nossa problemática inicial, se algum dia existiu uma verdadeira fronteira agrícola na Amazônia.

A região já tem uma longa história de tentativas frustradas de desenvolvimento agrícola. De modo geral, a literatura especializada faz do meio natural o grande responsável por esses fracassos. Sem negar que o meio apresente problemas específicos, até hoje não resolvidos, acreditamos que o principal motivo foi o malogro dos poderes públicos em estruturar um mercado em escala regional, o que provavelmente foi dificultado pela imensidão da região e a fraca densidade demográfica. Das políticas de povoamento e imigração que são uma constante desde o período colonial até o presente. Essas tentativas, porém, nunca atingiram a “massa crítica” que teria permitido alcançar esse objetivo. Os estrangeiros assentados na Amazônia, mesmo oriundos de uma região de agricultura camponesa no seu país de origem, não conseguiram vencer as condições sociais de produção desfavoráveis e se mudaram para as cidades ou para outras regiões do país, evitando submeterem-se às relações de produção do avião. A concorrência do Nordeste e, logo depois, do Sudeste, não deu chance de reverter a tendência que levou a firmar a Amazônia como periferia. Não que a região não tenha produzido nada (basta lembrar o “ciclo agrícola” do século XVIII, baseado no cacau, café, cana-de-açúcar, etc.) mas as formas sociais e técnicas de produção apresentavam um quadro atrasado (a maior parte do cacau exportado durante o século XVIII era de origem extrativa - Santos, 1980 -) e não conseguiram adaptar-se à evolução da demanda bem como às transformações políticas e econômicas.

As fronteiras agrícolas recentes se expandiram nos espaços contíguos às regiões dinâmicas do país, em conformidade com a lógica econômica de expansão espacial das atividades agrícolas em resposta ao crescimento da demanda. Vale ressaltar que os espaços abrangidos eram relativamente pequenos e, portanto, mais facilmente dominados. Devido ao tamanho da região e ao caráter obrigatoriamente linear e pouco difuso das infra-estruturas de transporte, a expansão nos cerrados já mostra diferenças: a ocupação do espaço não é mais contínua (mesmo se uma parte está numa situação de contiguidade e continuidade em relação às áreas de expansão anteriores) e depende sobremaneira dos grandes eixos de penetração. As necessidades de exportação da soja explicam melhor essa fase de expansão do que uma continuação das dinâmicas anteriores. Com a Amazônia o problema é ainda maior. Trata-se da metade do território nacional, sem ligações com a região Sudeste, e com uma distância máxima dos centros consumidores e produtores do país. Em termos da economia espacial clássica, somente atividades extremamente extensivas, com custos

de produção baixíssimos (compensando assim custos de transporte elevados), poderiam competir com as regiões mais centrais, tais como atividades de mineração (pe-lo menos as que apresentam condições favoráveis em termos de custos de produção e competitividade), pecuária extensiva, extrativismo vegetal, etc. Elas, entretanto, dificilmente trazem desenvolvimento local, pois criam poucos empregos, os quais são em geral mal remunerados.

As tentativas de colonização oficial procuraram reverter esse quadro. Obedecendo aos princípios dos modelos da economia espacial, concentraram os pequenos produtores ao longo das estradas (em faixas de 10 km de largura) e reservaram as áreas mais afastadas à pecuária; tentaram induzir fenômenos aglomerativos e de centralidade através da criação de núcleos urbanos a intervalos regulares. Porém, como toda a região possui as características de uma periferia, torna-se muito mais difícil gerar as dinâmicas almejadas. Basta retirar as ajudas e subsídios públicos para que a artificialidade do processo apareça.

O fenômeno é ainda agravado pela própria transformação da agricultura do Sul, que substitui gradativamente as dinâmicas espacialmente expansivas pelo crescimento "vertical" (aumento dos rendimentos e ganhos de produtividade). Próxima dos mercados e dos fatores técnicos de produção, aproveitando um mercado de trabalho bem estruturado, ela se torna capaz de competir inclusive com produtos para os quais a região Norte deveria, em princípio, desfrutar de uma renda natural (produtos regionais como a borracha, por exemplo). Por outro lado, vários autores já ressaltaram que, no Nordeste, a baixa umidade relativa do ar (que impede a difusão de pragas) e a intensa insolação, tornariam aquela região favorável para a cultura de plantas originárias da Amazônia, se convenientemente irrigada.

Sem dúvida, a maior riqueza da Amazônia são seus recursos minerais mas, a madeira, enquanto recurso natural renovável, pode ser chamada a ter um papel ainda mais importante a médio e a longo prazo. Principalmente quando se considera o esgotamento rápido dos recursos das outras regiões produtoras de madeiras tropicais (Sudeste Asiático e África). Sua exploração através do manejo sustentado alcançaria dois objetivos ao mesmo tempo: a preservação da biodiversidade e a geração de renda e empregos estáveis. O reflorestamento, com a utilização da biomassa para fins energéticos ou de produção de celulose, constitui uma opção, já que precisa de grandes espaços, mas sofrerá a concorrência das florestas energéticas do Centro-Oeste, e não pode ser recomendada em larga escala por acabar com a biodiversidade. Deveria ser limitada a áreas de pastagens degradadas. A criação de gado, pelas mesmas razões e por ser insustentável com os padrões técnicos atuais, ou de rentabilidade duvidosa com padrões mais intensivos, deveria também sofrer sérias restrições. Apesar da redução dos desmatamentos efetuados por fazendas (o setor apresenta um refluxo na região), ainda é superior aos desmatamentos crescentes realizados por pequenos agricultores (crescimento devido ao prosseguimento da imigração, mesmo em ritmo mais lento, e à adoção da criação de gado como estratégia mais segura de sobrevivência e acumulação). Portanto, a reconversão das fazendas para outros tipos de produção (reflorestamento, plantações de dendê, etc.) representaria um importante passo no sentido da preservação.

Tendo em vista o perfil atual da agricultura brasileira, seria errado dizer que os desmatamentos na Amazônia são destinados à alimentação do povo brasileiro ou são necessários ao seu desenvolvimento. No entanto, é verdade que, mesmo descartando as populações tradicionais, cuja participação no desflorestamento global é insignificante, uma determinada quantidade de desmatamentos permite a certas camadas da população imigrante encontrar sua subsistência na ausência de outras opções. Constitui, antes de mais nada, um problema social e, secundariamente, um problema econômico e ecológico. Sua solução pode estar tanto na agricultura como em outros setores (a oferta de emprego de setores como a construção civil exerce um apelo muito forte sobre esses segmentos da população rural). Contudo, profundas modificações devem ser incentivadas ao nível dos sistemas de produção camponeses para torná-los ecológica e economicamente sustentáveis. Tendo em vista as restrições já expostas, a tarefa é sem dúvida árdua. Ela é complicada pelo fato de se encontrarem na Amazônia praticamente todos os tipos de agricultura, desde a agricultura de subsistência até a agricultura empresarial, passando pelo aviamento e a agricultura camponesa em diferentes momentos do processo de integração/modernização, tornando necessário o implemento de políticas diferenciadas.

As reservas indígenas, por exemplo, cuja demarcação é urgente, não podem, nem devem, ser consideradas áreas de preservação do meio ambiente (o que significa que as necessárias áreas de preservação devem ser consideradas à parte). Além de ser uma noção discriminatória, ela é infundada. Algumas populações indígenas já estão em relação com o mercado e a tendência é a intensificação desta relação, que já leva à venda de madeira, procura de ouro, caça e pesca para fins comerciais, etc., fatos amplamente documentados. É o exercício do seu direito e constitui um processo quase inevitável. É preciso evitar, entretanto, a exploração desenfreada de terceiros, a qual, em geral, leva a problemas de saúde e de desestruturação sócio-cultural extremamente graves, como no caso recente dos Yanomami. A proposta de ajudar a desenvolver, nessas áreas, atividades rentáveis (desde que requeridas pelos índios) que não acarretem o esgotamento dos recursos naturais, introduz uma problemática bem semelhante à da passagem do aviamento à agricultura camponesa ou da modernização dessa última.

O problema é semelhante no caso das “reservas extrativistas”. Plenamente justificadas como meio de defender um grupo social e dar para ele o tempo e as condições para dominar suas transformações, elas dificilmente podem ser consideradas áreas de preservação (a não ser que se retire a esse grupo a liberdade, duramente conquistada, de decisão e escolha). Uma conseqüência lógica dessa liberdade é a tendência ao reforço da agricultura (e da pecuária) presente, e freqüentemente dominante, nesses grupos. É de fato pouco provável que o extrativismo venha a contribuir de maneira significativa no crescimento da renda. O setor da borracha está em crise e, se se recuperar, são as plantações (em particular as de São Paulo) que estarão em condições de atender a demanda. A castanha-do-Pará começa a ser plantada mas, mesmo assim, sua coleta representa ainda uma fonte de renda interessante, que pode ter efeitos locais através da disseminação de pequenas usinas de processamento. Entretanto, é uma perspectiva limitada. Quanto aos outros produtos,

nos deparamos com a dificuldade de estruturar um mercado em lugares afastados, para um grande número de produtos em pequenas quantidades e cuja demanda é reduzida. As plantas medicinais e produtos procurados pela indústria farmacêutica entram nessa categoria. Dificilmente uma parte significativa dos capitais interessados será investida a nível da procura de amostras e do abastecimento (a não ser, talvez, através de capital de risco). A maior parte irá para a fase final de processamento do produto. E se um mercado amplo e seguro se abre, a domesticação ou síntese do agente ativo serão procurados. A domesticação não é sempre possível nem sempre rentável mas, com certeza, ela representa uma séria ameaça para a extração. De novo encontramos a problemática da modernização da agricultura, de maneira a proporcionar um nível de vida decente para populações rurais. Esses setores vão enfrentar o problema da competição com regiões (ou periferias das cidades) onde a agricultura é mais intensiva e melhor localizada, puxando os preços para baixo.

Tecnicamente, é perfeitamente possível implementar sistemas de produção pluri-específicos, com plantas perenes arbustivas (que protegem o solo e têm efeitos climáticos reduzidos), sistemas agrosilvopastoris que minimizam os efeitos destrutivos da agricultura sobre os ecossistemas; porém, é muito mais difícil encontrar preço, mercado, rentabilidade e estabilidade econômica para eles. Um fato positivo é que as organizações camponesas, ou dos "povos da floresta", estão cada vez mais conscientes dessa necessidade e tornam-se interlocutores dinâmicos que exercem uma forte demanda sobre os setores ligados à pesquisa e extensão rural.

Existe também uma incógnita no que diz respeito aos efeitos das políticas públicas na região, bem como ao papel dos centros urbanos na demanda de produtos regionais. A previsível continuação do processo de urbanização e o provável progresso das infra-estruturas podem ter um impacto sobre a modernização rural. A abertura da BR-364 até o Pacífico, estrada cuja significação econômica é muito maior que a Transamazônica (e por isso sua construção só é uma questão de tempo), pode trazer profundas transformações para a Amazônia Ocidental. Serviria, sem dúvida, para escoar a produção de soja do Centro-Oeste e a madeira da Amazônia (o que não será catastrófico se for madeira oriunda de manejo sustentável) mas também pode favorecer um fenômeno de deslocamento do centro de gravidade da economia, em pequena escala, mas suficiente para abrir perspectivas para certos setores e, principalmente, à agroindústria, com efeitos dinamizadores sobre as áreas rurais próximas. O maior problema seria de conter as tendências ao aproveitamento extensivo do capital natural, isto é, os desmatamentos. É provável que a valorização econômica da mata seja decisiva na luta para uma preservação que os motivos éticos e científicos não conseguem. Porém, é perigoso confiar unicamente no valor da floresta, pois é possível que esse nunca alcance o valor que poderia oferecer um uso alternativo. É essencial que a produtividade cresça tanto em outros lugares que torne a utilização da floresta para fins agrícolas sem interesse, desanimando novos empreendimentos. Mas os simples mecanismos econômicos com certeza são insuficientes e não dispensam o peso da lei e a pressão da opinião pública.

As áreas já desmatadas (em torno de 415.000 km²) são teoricamente suficientes para obter uma produção agrícola (ou de biomassa) considerável (se não levar em conta os empecilhos ligados à distância e aos custos de transporte). Acrescentando 800.000 km² para manejo sustentado da floresta (com possibilidade de enriquecimento) e mais os impostos sobre a produção mineral, a região poderia oferecer empregos para uma população de oitenta milhões de habitantes (ou seja, quatro vezes a população atual) deixando dois terços da Amazônia como reserva de biodiversidade e banco de gens. Os fatos, provavelmente, não acontecerão dessa maneira. Trata-se somente de um exemplo destinado a mostrar que a devastação não é uma necessidade e que o desenvolvimento pode se dar de outras formas.

Hoje o consenso é cada vez maior (inclusive e, talvez, sobretudo, entre as organizações camponesas, indígenas e extrativistas) sobre a idéia de que a Amazônia não pode resolver os problemas sociais de outras regiões, acolhendo os excluídos e os gananciosos. Porém, deixando de lado os fenômenos de caráter especulativo, que poderiam ser resolvidos por lei, é inegável que existe uma forte ligação entre o nível de vida da população de baixa renda e a procura por terra na Amazônia. Dito de outra maneira, mesmo uma agricultura de baixa rentabilidade pode representar uma solução para certas camadas da população, o que significa uma tendência à expansão das frentes agrícolas não capitalizadas. Da mesma forma, o garimpo, apesar de oferecer condições extremamente difíceis, atrai 600 a 800.000 pessoas para a Amazônia, surgindo como uma opção alternativa à procura por terra. Essas frentes entram em choque com as populações indígenas e invadem suas reservas, difundindo doenças e trazendo prejuízos de todo tipo. No entanto, além das medidas imediatas a serem tomadas, acreditamos que a única solução definitiva é o desenvolvimento, regional e nacional, que constitui a melhor forma de tornar a base produtiva e o crescimento econômico menos dependentes dos recursos naturais e mais moderados no seu uso.

A região está atualmente profundamente dividida entre tendências opostas e contraditórias tais como: os fenômenos de polarização e concentração inevitavelmente ligados ao desenvolvimento, versus as dinâmicas centrífugas, de dispersão e desconcentração próprias da fronteira; a defesa do modo de vida local, da identidade, versus a sociedade complexa, o mercado, os processos não locais (a comunidade contra a sociedade, as relações mecânicas contra as relações orgânicas, nos termos de Durkheim); a reconhecida necessidade de preservar o meio ambiente versus a destruição do capital natural para sobreviver ou alcançar a rentabilidade de um empreendimento, etc.

A luta pela apropriação, dominação e controle de frações do espaço amazônico se desenvolve através de um intenso processo de territorialização que abrange todos os atores (Estado, forças armadas, empresas públicas e privadas, posseiros, garimpeiros, índios, etc...) e que leva à espacialização dos conflitos sociais. De um lado, o Estado se reforça à medida que procede à estruturação e ao controle do espaço nacional; do outro, os diferentes grupos conquistam ou redefinem sua identidade e seu espaço político através do estabelecimento ou questionamento dos limites

territoriais que os separam. Tais dinâmicas, reforçadas e diversificadas pelas múltiplas estratégias postas em prática, constituem a base das novas relações de poder, bem como da estruturação do campo político-social e do espaço regional.

Os textos a seguir tratam das modalidades e conseqüências da expansão da fronteira em várias regiões da Amazônia, ressaltando os aspectos conflitantes e as questões técnicas levantadas pelas dinâmicas em curso. Nossa esperança é que eles possam contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre os difíceis problemas enfrentados pela região.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- CHAYANOV, A. V. 1966. *The theory of peasant economy*. Manchester University Press. Manchester, England. 316p.
- GEFFRAY, C. E. 1990. *Ni père ni mère; critique de la parenté: le cas makhuwa*. Seuil, Paris, 185p.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1979. O caboclo e o brabo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 11 : 101-140.
- SANTOS, R.A.O. 1980. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. ed. T.A. Queiroz, São Paulo, 358p.
- SAWYER, D.R. et alii. 1990. Fronteiras na Amazônia: significado e perspectivas. Relatório CEDEPLAR/UFMG, 184p.